

ELEIÇÕES 2023 - 2024

BOLETIM SOBRE O PROCESSO POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE

Editor: Lázaro Mabunda | Director: Edson Cortez | Assessor: Joseph Hanlon

Número 1 – 07 de Setembro de 2022

Publicado pelo CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, n° 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipmoz.org <https://www.cipeleicoes.org/>

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

Cobertura detalhada das Eleições Municipais de 2023 e Eleições Gerais de 2024 a ser mais uma vez feita pelo Boletim sobre o Processo Político em Moçambique, que tem vindo a cobrir todas as eleições multipartidárias em Moçambique desde 1994. Mais uma vez teremos repórteres posicionados em todo o país, reportando os factos com acurácia e veracidade. O Boletim tem periodicidade mensal durante a preparação das eleições e será mais frequente e de base diária durante as eleições. Para subscrever a edição em Inglês <https://bit.ly/Moz-sub> e a versão em português <https://www.cipeleicoes.org/>

Frelimo bloqueia candidato a Director do STAE melhor classificado pelo júri

A escolha do novo Director Geral do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) foi adiada para amanhã, quinta-feira, devido à falta de consenso entre os membros da Comissão Nacional de Eleições (CNE). O júri designado para o concurso de recrutamento e selecção do Director recomendou a indicação de Loló Correia para o cargo, mas a Frelimo quer Helena Garrine, que ocupou a 6ª posição da lista de sete candidatos. Na sequência do abandono de Felisberto Naife do cargo de Director Geral do STAE, a CNE lançou, em Março, um concurso público para recrutamento e selecção de candidatos àquela vaga. Sete cidadãos submeteram as suas candidaturas. A CNE designou um júri constituído por cinco dos membros para avaliar e apurar os candidatos.

A 17 de Agosto, o júri, presidido pelo jornalista Salomão Moyana, avaliou as sete candidaturas e decidiu apurar Loló Correia em primeiro lugar, com três pontos. Seguem-se, nas posições sucessivas, Mário Cossane e José dos Santos Grachane, ambos com dois pontos. Príncipe Lino Uataia, Jossias Gondachaco e Helena Garrine ocupam, respectivamente, o quarto, quinto e o sexto lugar, com um ponto. A última posição, sem nenhum ponto, é ocupada por Lucas José, que durante muito tempo foi gestor da área de comunicação do STAE. Na sequência da classificação, os membros do júri concluíram “recomendar à CNE a indicação do candidato Loló Correia para ocupar o cargo de Director Geral do STAE”.

A decisão do júri não agradou à Frelimo, o que fez com que rejeitasse a recomendação. A Frelimo defende que o júri, apenas, devia enviar os nomes para que fosse escolhido um candidato e não recomendar a indicação de qualquer que fosse o candidato a director. A

Renamo apoia a decisão do júri sob o argumento de que Loló Correia é quem preenche todos os requisitos para a vaga.

A Frelimo tem maioria na CNE e vai tentar levar a decisão à votação. A Renamo está a evitar ir ao voto e continua a defender a indicação do candidato recomendado pelos membros do júri. Face ao impasse, o processo foi adiado para esta quinta-feira.

Contratos eleitorais em jogo

O que está em jogo na indicação no novo Director do STAE são negócios eleitorais, particularmente o controlo dos contratos de fornecimento de materiais de operacionalização do processo eleitoral. Helena Garrine tem o suporte da estrutura central do partido Frelimo que está a colocar à frente do processo um empresário influente nos corredores do poder. Uma fonte da CNE confirmou que: “o que, de facto, está a gerar divergências são contratos. Tem que entrar alguém que vai dar contratos a um empresário. Será ele que irá indicar ou procurar empresas ou fazer consórcios para o fornecimento de materiais ao STAE”.

Loló Correia, desde 2014 Director Provincial do STAE em Tete, não tem suporte dentro do partido.

Helena Garrine, engenheira de águas e saneamento, é, desde 2016, Directora Nacional de Formação e Educação Cívica no STAE.

Dentro da Frelimo há um grupo que está a tentar influenciar a indicação de Mário Cossane, técnico sénior no STAE há cerca de 20 anos. Cossane era Director do STAE em Gaza quando foram fabricados os números de eleitores de Gaza, nas eleições de 2019.

Recenseamento Eleitoral Piloto pode não acontecer

O recenseamento eleitoral piloto corre o risco de não se realizar devido à indisponibilidade de orçamento para a cobertura da actividade. A informação foi confirmada por fontes ligadas à Comissão Nacional de Eleições (CNE).

[O recenseamento piloto foi anunciado para Outubro, mas sem detalhes. O censo piloto é realizado em distritos seleccionados e visa o aperfeiçoamento e a testagem da aplicação informática, bem como dos equipamentos que serão usados no recenseamento eleitoral.](#)

Recentemente, o Presidente da CNE, Dom Carlos Matsinhe, fez referência a essas dificuldades ao afirmar que “os órgãos eleitorais ainda enfrentam problemas de vária índole como é o caso da falta de instalações próprias e de apetrechamento para o seu pleno funcionamento, da exiguidade orçamental, entre outros, o que impõe o maior desafio para o cumprimento cabal da sua missão.”

O custo de todo o ciclo eleitoral 2022-2025 é de 18.7 mil milhões de meticais, dos quais 3.2 mil milhões deveriam ter sido disponibilizado este ano. Porém, o Governo só conseguiu 1.2 mil milhões de meticais, que correspondem a cerca de 34% do orçamento que a CNE esperava para o presente ano.

Para o ano de 2023 (ano de eleições autárquicas) a CNE espera um orçamento de 6.7 mil milhões de meticais. Para 2024 e 2025 (eleições gerais) está projectado um orçamento de 8.7 mil milhões de meticais.

Em termos de equipamento são necessários, para todo o recenseamento eleitoral, 4.400 Mobile ID. A CNE espera adquirir mais 500 novos Mobile ID, para adicioná-los aos já

existentes, e acessórios para o reaproveitamento de cerca de 2.900 Mobile ID de 2013/2014.

Para o recenseamento eleitoral serão formados nos distritos com autarquias locais, 14.789 agentes eleitorais, dos quais 70 facilitadores; 1.129 formadores provinciais, 5.033 agentes de Educação Cívica e 8.557 brigadistas.

Novas vilas municipais ainda não foram definidas

O Governo ainda não indicou as novas vilas que ascenderão à categoria de conselhos autárquicos a partir do próximo ano. [A Ministra da Administração Estatal e Função Pública anunciou, em Julho passado, a possibilidade de introdução de novos municípios, mas sem revelar os nomes das vilas potencialmente municipalizáveis.](#)

Tudo indica que a proposta será discutida entre este e o próximo mês de Outubro no Conselho de Ministros para que seja submetida ao Parlamento para a sua aprovação na próxima sessão, a iniciar em Outubro.

Neste momento estão a decorrer estudos das unidades territoriais que poderão ser propostas ao Conselho de Ministros para posterior discussão, aprovação e submissão ao Parlamento.

A nível da província de Maputo há fortes possibilidades de a vila de Marracuene passar à categoria de Município.

[A decisão, caso seja aprovada, deixará pouco tempo para a preparação do recenseamento eleitoral, a iniciar em Fevereiro.](#)